Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Brasília, 11 de dezembro de 1962.

No almôço oferecido no Palácio da Alvorada aos presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais dos Estados.

Desejo manifestar os meus agradecimentos pela oportunidade desta reunião com os desembargadores presidentes dos Tribunais Eleitorais dos Estados. É com a mais viva satisfação que os vejo aqui reunidos, magistrados de todos os recantos do Brasil.

Sei que o vosso encontro em Brasília, promovido pelo eminente Ministro Ari Franco, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, além de afirmar a pujança de nossa Federação, foi altamente positivo quanto aos fins a que se destinava. De minha parte, estou disposto a prestar tôda a cooperação, no que depender de minhas atribuições, para que a Justiça Eleitoral, mais uma vez, realize a sua importantíssima missão de comandar uma nova afirmação da democracia em nosso país.

Desta vez, Senhores Desembargadores, não se trata de uma competição entre homens ou entre partidos, mas de um ato cívico, em que o povo brasileiro manifestará sua preferência pelo regime sob o qual deseja viver e ser governado.

Ninguém pode ficar indiferente ante um problema que importa aos destinos do Brasil. Ainda hoje líamos, na imprensa do Rio de Janeiro, um manifesto do Episcopado do País, com veemente apêlo ao eleitorado, especialmente aos fiéis, para que compareçam maciçamente às urnas, numa afirmação democrática do povo brasileiro e de prestígio às nossas instituições.

Domingo último, dizia eu em São Paulo, o grande Estado do nosso eminente e ilustre Ministro Cândido Mota Filho, que era um dever de cada brasileiro lutar, por todos os meios ao seu alcance,

pelo comparecimento em massa às urnas do plebiscito. Numa grandiosa manifestação a que assistimos em São José do Rio Prêto, também no Estado de São Paulo, afirmei que pregar a abstenção a 6 de janeiro seria negar a própria democracia. Cabe a todos nós, especialmente aos que têm maior parcela de responsabilidade, tudo fazer para que o povo brasileiro, cumprindo o seu dever, reafirme, mais uma vez, as suas convicções democráticas, através da manifestação livre nas urnas.

Não há pessoas em causa na luta de 6 de janeiro. Em causa está, apenas, Senhores Magistrados, o Brasil. Cada cidadão tem o dever indeclinável de, no plebiscito, influir com seu voto para que haja expressiva manifestação popular.

Sei que o Brasil conta com o espírito público e o patriotismo de seus magistrados, para dirigir essa nova decisão cívica do nosso povo. A êsse respeito, há pouco assistimos a um dos pleitos mais livres e mais autênticos já realizados no Brasil. E creia a magistratura que ela saiu ainda mais prestigiada e mais respeitada, pela maneira como transcorreram as últimas eleições. A repercussão dêsse pleito no exterior foi grande, e eu mesmo recebi uma carta do Presidente Kennedy, dos Estados Unidos, em que me cumprimentava pelo êxito das eleições brasileiras. Êsses cumprimentos eu os transfiro à Justiça do nosso país, especialmente à Justiça Eleitoral, a quem devemos grande parte dêsse êxito.

Saudando-vos, Senhores Magistrados, faço votos pelo sucesso de vossa missão e ergo minha taça em homenagem à Justiça Eleitoral brasileira, na pessoa do Senhor Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e dos Senhores Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais.